



SERPAJ/BRASIL

12 ENE 1994

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

15 ANOS

ANO XII

Nº 23

Outubro/93

Órgão Informativo do SERPAJ/Brasil

RECONSTITUINTE E CORRUPÇÃO DESRESPEITARAM A DEMOCRACIA



Manifestação contra a revisão

EDITORIAL

Apesar das grandes mobilizações populares que aconteceram contra a revisão constitucional, assistimos mais uma vez o Congresso Nacional trabalhando politicamente contrário aos interesses da maioria do povo brasileiro.

As mobilizações denunciaram que o início da revisão seria um golpe à nação. Primeiro, porque o atual Congresso não foi eleito para exercer esta tarefa e, também, porque aproxima-se o ano eleitoral e muitos deputados pretendem conseguir votos com a revisão, negociando projetos de lei de acordo com os interesses de grandes grupos econômicos, como é o caso das empreiteiras.

Igualmente, constata-se que não há necessidade de revisão, mas, da regulamentação dos artigos da constituição de 1988.

Um fato atual que reforça a posição dos partidos e movimentos de esquerda contra a revisão é a denúncia de corrupção que atinge deputados e governadores. Isto é suficiente para que a sociedade perceba a incapacidade e o jogo de interesses dos que pretendem iniciar a revisão constitucional.

A corrupção no país virou fato, dada a total impunidade e a passividade com que é encarada e há o risco de tornar-se uma prática banalizada. O que chama a atenção é o envolvimento de parlamentares em grandes esquemas de assalto aos cofres públicos.

Contudo, mesmo que este Congresso conservador prossiga com a revisão é importante a continuação das mobilizações populares. Somente assim, evitaremos que os direitos conquistados pelos trabalhadores sejam riscados da constituição.

O movimento contra o golpe da revisão da Constituição, formado por partidos de esquerda e pelas principais entidades civis, tomou novo fôlego diante de dois importantes fatos que marcaram o Congresso Nacional: o troca-troca de partidos patrocinado a peso de dólares pelo PSD (Partido da Social Democracia), na primeira semana deste mês, e a acusação feita por José Carlos Alves dos Santos, ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, contra 23 deputados federais, três governadores e dois ministros de intermediar verbas na confecção do Plano do Orçamento da União, através da imprensa no último dia 17.

Os governadores citados são Luiz Antonio Fleury, de São Paulo, Joaquim Roriz, do Distrito Federal, e Edison Lobão, do Maranhão. Os ministros envolvidos são Henrique Hartgreaves e Alexandre Costa. É relevante que, de uma só vez, tantos políticos sejam alvo de sérias acusações.

A consequência destas denúncias de corrupção envolvendo até o presidente do Senado Federal, Humberto Lucena, abalou não apenas os setores conservadores, ávidos pela "reconstituente", mas principalmente o presidente da República. Através do líder do governo no Senado, Pedro Simon, Itamar Franco manifestou sua disposição de admitir a antecipação das eleições gerais de outubro do próximo ano, desde que a iniciativa parta do Congresso Nacional.

A posição do presidente da República não obteve respaldo no Congresso e parte da imprensa concluiu que tal renúncia serviria como um truque, uma saída de emergência para os que desejam evitar a apuração dos fatos. Até o momento, o tiro de Itamar Franco saiu pela culatra, a CPI da Corrupção, instalada no último dia 20 sob a presidência de Juracy Passarinho, tem a obrigação de levar o caso até o fim. A exemplo do que ocorreu com o impeachment de Collor, a sociedade novamente está atenta para impedir novas

manobras dos grupos conservadores.

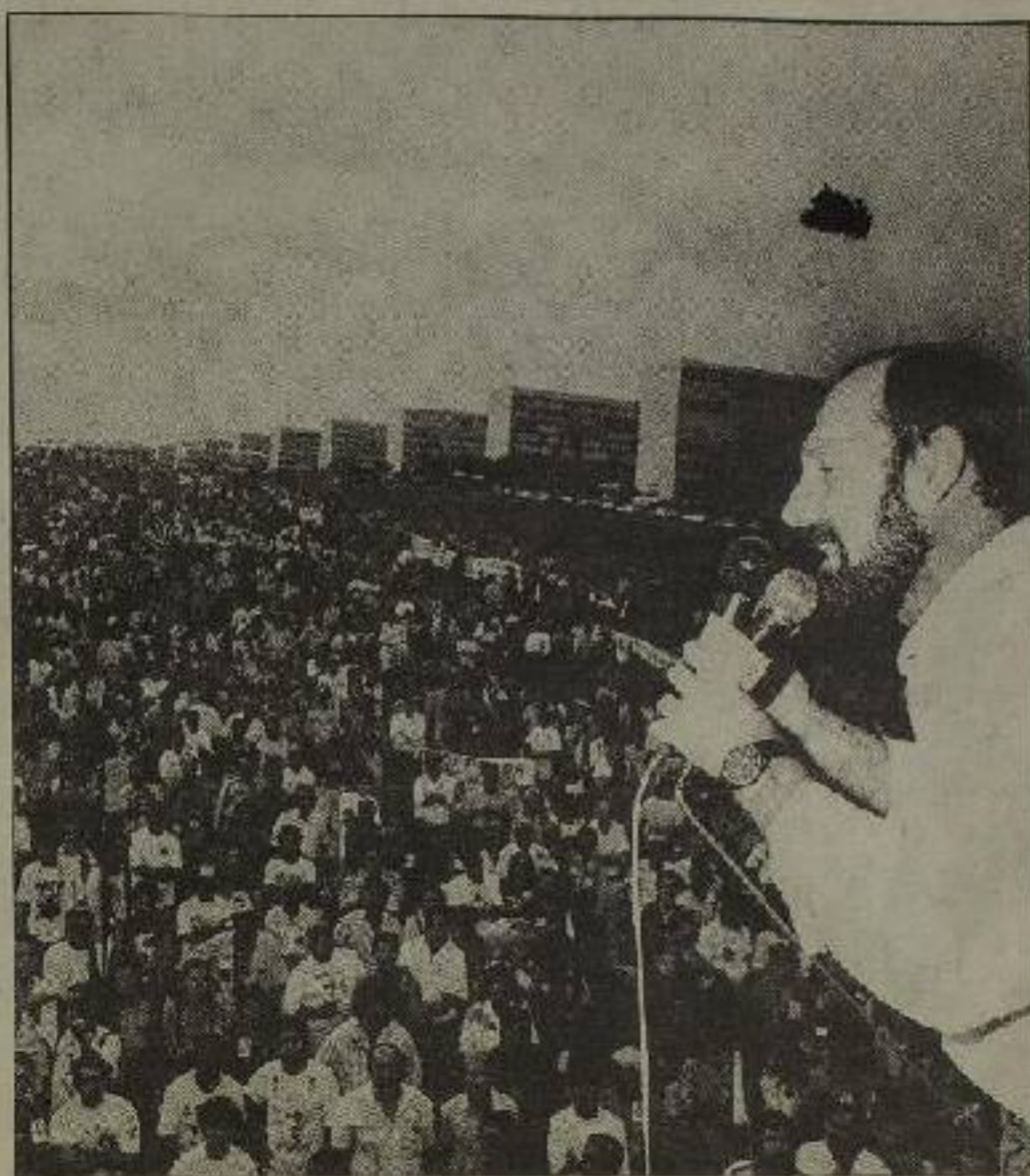
Na primeira sessão da CPI, José Carlos Santos confirmou suas denúncias. Ele disse que tomou conhecimento dos nomes dos acusados através do deputado João Alves, o responsável pelas negociações corruptas entre parlamentares e a Comissão Mista de Orçamento. O próximo passo será ouvir o deputado João Alves.

Mas, o que todos estes fatos têm a ver com a pretensa revisão? Antes de mais nada, eles criam condições objetivas para que a sociedade se mobilize contra os atuais congressistas, cuja maioria tem sido alvo de sérias críticas resultando no desgaste moral do Congresso.

Este desgaste atinge também o governo de Itamar Franco. Não se pode esquecer que o atual presidente era vice de um governo comprovadamente corrupto. Até aí nenhum pecado mortal. Mas, na medida em que Itamar Franco lançou mão de práticas políticas pouco nobres - como o loteamento de cargos entre governadores e partidos fisiologistas - começou a perder a aura ostentada inicialmente de politicamente correto. Soma-se a isso, a flagrantíssima fragilidade de seu governo em não conseguir contornar a crise econômica e articular uma aliança com os setores trabalhistas e empresariais.

Um dos argumentos contra a "reconstituente" é que não há necessidade de revisão já que não houve mudança nem no regime e nem no sistema de governo. As reformas podem ser feitas através de emendas. Uma consideração política importante é que os atuais congressistas estão em fim de mandato, tornando a revisão um verdadeiro jogo de interesses oportunistas.

Para frear o jogo de interesses dos grupos conservadores é que foi criado o movimento contra a revisão, uma reedição do movimento pela ética na política. No momento, os contra tentam obstruir os trabalhos para aprovação do requerimento para a reforma através de apresentação de emendas. A proposta de



regimento apresentada por Inocêncio de Oliveira cria um sério de obstáculos para os partidos progressistas e para a participação popular. Um exemplo é a exigência de 30 mil assinaturas para as emendas populares num prazo mínimo de 30 dias.

O fortalecimento do movimento contra o golpe da revisão e a mobilização popular poderão trazer vitórias importantes. Mesmo que haja a "reconstituente", a pressão popular poderá evitar que conquistas sociais e trabalhistas sejam derrubadas. Por sua vez, o executivo não poderá baixar pacotes recessivos que atentam contra os trabalhadores e a população em geral.

O novo "centrão" e companhia querem derrubar ou modificar direitos importantes. Eles desejam: o aumento da jornada de trabalho de muitas categorias, a redução da licença maternidade, o fim da estabilidade do funcionário público, o fim da maioria penal (como se não existisse o Estatuto da Criança e do Adolescente regulando as infrações para esta faixa-etária), mudanças

negativas para a questão ambiental, a redução das terras indígenas e a exploração livre e nefasta dessas terras, a continuação do monopólio das comunicações para manter o poder dos atuais grupos desta área, e a privatização sem transparência visando o favorecimento dos grandes grupos empresariais e multinacionais.

O SERPAT participou efetivamente deste movimento nacional contrário à revisão, entendendo que a revisão agora seria a reestruturação conservadora do país. Direitos e avanços conquistados na atual constituição têm que ser mantidos e regulamentados. E isto só será possível com participação popular na vida política do país. Com a Reforma da carta de 1988, as elites pretendem restringir esta participação, inviabilizando o aprendizado e a prática da democracia.

Ao contrário da revisão, o que precisamos fazer é lutar para que o Estado se purifique da corrupção, exercendo seu papel em favor do desenvolvimento social equilibrado e justo.

DEFESA POPULAR NÃO-VIOLENTA

Entidades pacifistas desenvolveram propostas alternativas para combater a violência. Pepe Ambrona, membro das Brigadas Internacionais da Paz, sintetiza (no artigo Modelos Alternativos de Defesa) a visão dos pacifistas sobre a questão: "num extremo estão todos os modelos baseados na violência e na guerra. Estes se caracterizam pelo pouco respeito à vida da população. O exemplo máximo desse modelo é o nuclear. Esta falta de respeito não é somente com a população do país inimigo, mas também contra a sua própria população, pois obriga a combater e a sofrer a utilização de meios violentos. No outro extremo, estão a Defesa Civil e a Defesa Popular Não-Violenta (DPNV). Esta última, assumida pelo SERPAJ, utiliza meios não-violentos para resolver os conflitos com o máximo de respeito à vida dos envolvidos..."

Os métodos não-violentos são baseados em uma concepção positiva do conflito "tratando o adversário como a um igual, com respeito; e- legem no repertório das ações não-violentas suas formas de pressão, diálogo e resoluções de conflitos. São, pois, métodos não provocativos e não ameaçadores, baseados na cooperação e na solidariedade", afirma Ambrona.

Os atuais modelos militares, segundo Pepe Ambrona, provocam uma clara orientação da economia, da investigação e do desenvolvimento para a produção militar. Também causam a militarização social, política, cultural e educativa que implica na existência e na manutenção dos exércitos e dos métodos violentos de defesa.

A DPNV avalia que não somente a estratégia defensiva leva à paz, mas sim que deve estar acompanhada da transformação estrutural profunda, potencializando a conscientização e a auto-gestão popular.

DEPUTADO PROPÕE DESMILITARIZAÇÃO DAS POLÍCIAS

Os massacres de merinos da Carcelária, de trabalhadores da favela de Vigário Geral e de detentos de Carandiru chocaram a sociedade. Foram assassinatos cometidos por militares. Mais uma vez, a população constatou que os militares não estão a serviço do cidadão. Ao contrário, eles causam pânico e pavor.

Esta violência cometida por militares teve sua consolidação na ditadura militar. Foi a partir deste regime autoritário que houve a militarização das polícias. Também foi estabelecido um tratamento diferenciado para civis e militares. Os crimes de civis ficaram sendo julgados pela justiça comum, enquanto que para os militares foram criadas as justiças militares estaduais. Estes sempre tiveram privilégios e raramente recebiam as punições cabíveis.

Para tentar reverter este quadro, o deputado Hélio Bicudo (PT-SP) apresentou uma proposta de emenda à Constituição que determina a desmilitarização

da polícia. Segundo sua proposta "a Polícia Federal e as polícias estaduais, incumbidas de garantir a segurança pública e de colaborar com o Poder Judiciário e o Ministério Público na apuração das infrações criminais, são órgãos de natureza civil, não podendo em hipótese alguma e de nenhuma forma, submeter-se à autoridade militar". A PM deixaria de ser órgão auxiliar do Exército e os tribunais militares estaduais seriam extintos.

A emenda do deputado foi apresentada em 1991, mas até hoje a iniciativa não avançou, apenas foi criada uma comissão especial para apreciá-la. Hélio Bicudo também apresentou um projeto de Lei que prevê o julgamento de policiais militares pela justiça comum. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados com modificações que alteram sua concepção original. Na versão do deputado, os policiais militares deveriam ser julgados pela justiça comum em todos os crimes. A principal alteração

determina que os PMs serão julgados pela justiça comum apenas em crimes cometidos contra a vida. A justiça militar continuaria a julgar casos de tortura, lesões corporais, prisões ilegais, extorção, entre outros.

O Senado Federal deverá votar na última semana de outubro o projeto da Lei de Hélio Bicudo. As entidades preocupadas com a questão estão mobilizando-se para que seja aprovado o projeto original, numa tentativa de eliminar os privilégios dados aos militares. A luta será árdua, pois até ameaças de mortes já foram feitas contra o deputado petista.

A questão da violência não pode ser vista de forma isolada. É fruto da miséria e da impunidade, promovida e mantida sob o manto protetor de um Estado que trata de forma desigual os cidadãos e as classes sociais. As instituições, que deveriam dar proteção para todos, só defendem os interesses das oligarquias contra os interesses dos cidadãos em geral.



O que é Energia Nuclear

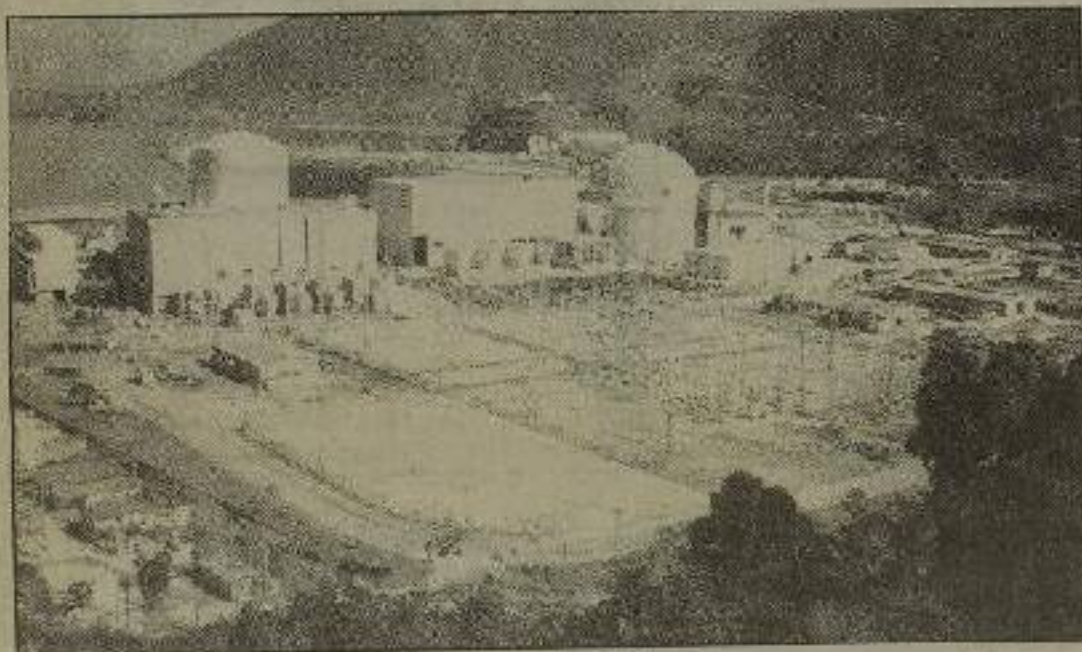
Energia é a capacidade de produzir trabalho. As formas de energia conhecidas pelo homem são a energia gravitacional, energia elétrica e a energia nuclear.

A energia gravitacional é a força da Terra que atrai todos os objetos para o seu centro. No trabalho realizado por esta atração é que se libera a energia elétrica.

Ao contrário, a energia nuclear é obtida através das transformações químicas da matéria, as quais também

liberam energia. As forças resultantes destas transformações químicas são mais poderosas que as forças gravitacionais, pois são de origem elétrica. Ou seja, a queima de 1 Kg de petróleo corresponde à liberação da energia equivalente à queda de um corpo de 40 Kg de 100 metros de altura.

Esta energia pode ser usada para fins pacíficos, como por exemplo, ajuda na cura do câncer - destruindo o tecido doente - ou para fins militares.



Efeitos e Riscos da Energia Nuclear

Usinas nucleares sempre implicam em riscos. Por maiores que sejam as medidas de segurança adotadas, não há risco zero. O que a diferencia de outras formas de geração de energia, que também tem seus riscos e problemas ambientais, é a possibilidade de acidentes, como demonstrou a trágica experiência de Chernobyl. Ao mesmo tempo, é questionável o direito que temos de assumir um risco em nome de futuras gerações, que seriam igualmente afetadas pelas consequências de um acidente e pela guarda de lixo nuclear durante milênios.

Os acidentes nucleares expõem as pessoas a vários tipos de radiações. Os efeitos destas radiações, em caso de grandes doses, são queda de cabelo, úlceras na pele, náuseas, vômitos, febre, hemorragia e cansaço permanente. Também podem

aparecer problemas cardíacos e no sistema nervoso. Todos estes casos podem levar à morte em poucos dias.

Outro efeito se manifesta geneticamente a longo prazo nos sobreviventes e seus descendentes causando mortes, doenças e anomalias. Exemplo claro disto é o que aconteceu com a população de Hiroshima e Nagasaki que desde 1945, quando o Estados Unidos jogou a bomba nestas cidades japonesas, sofrem ainda hoje as consequências da explosão.

A bomba atômica ao explodir levanta uma nuvem de poeira que encobre o sol durante o período de aproximadamente três meses. Neste tempo a temperatura média da Terra cairia bruscamente, e ao final do primeiro mês das explosões, seria de aproximadamente 22 graus centígrados abaixo de zero.

CAMPANHA

O Momento de um amplo Debate Nacional

O país passa por um momento de mudanças, onde não mais se aceita soluções impostas. Durante os longos anos do regime militar, as decisões sobre a política energética foram tomadas por tecnocratas, e recusava-se à população o direito de escolher o modelo tecnológico que achava mais conveniente e a que tipo de risco estaria disposta a se sujeitar. Cultava-se, sob o disfarce de "questões técnicas" decisões de natureza eminentemente política. A isto não podemos mais nos sujeitar. É nosso direito participar destas decisões e o momento é este. Para isto, é importante considerar:

A decisão a respeito da continuidade ou não de Angra II deve estar vinculada a uma revisão do cenário energético brasileiro e da conveniência ou não do uso de energia nuclear;

Imediato esta discussão deve ser remetida ao Congresso Nacional, como reza a Constituição Federal. Pela sua importância para a população, propomos ainda que o Congresso encaminhe um plebiscito nacional a respeito do uso da energia nuclear, tal como já realizado em diversos países;

Que se criem as condições necessárias para uma auditoria técnica nas obras de Angra II. Pedimos ainda que, pela primeira vez na história deste país, o setor nuclear apresente suas contas com total transparência;

Que se estude a viabilidade técnica e econômica do uso dos equipamentos e instalações destinados a Angra II e III para outras formas de geração de energia.

Desde o ano de 1990 o SER o tema do Desarmamento, ali Dia Internacional pelo Desarmamento 31 de outubro.

Faz parte dos princípios litigação de armas na resolução política, pois, estas condução da barbárie, da crueldade pelo homem. Assim foi a história conforme nos mostram as guerras serviram para o desenvolvimento isto sim, para fortalecer custas da matança da nação.

Neste sentido, a utilização expõe a humanidade a um risco. Basta que um governante in e o mundo explodirá completamente quer tipo de vida sobre o

Por tanto, o desarmamento pela Paz e por uma sociedade na hora de todos engrossarem contra as armas e sua utilização.

Custos das Angra dos I

A energia nuclear é cara. No Brasil, em particular, temos outras opções mais baratas, seguras e ambientalmente aceitáveis. Há ainda pequenas centrais hidroelétricas a serem exploradas, assim como a energia solar. A curto e médio prazo, em particular, há um imenso potencial de conservação de energia que pode alongar bastante o tempo necessário para o esgotamento do potencial instalado. Isto a custos extremamente competitivos e com tecnologia já disponível no Brasil.

Além deste longo histórico de previsões otimistas, vale ressaltar que estas normalmente não contém avaliações realistas dos custos referentes ao descomissionamento da usina nuclear após seu tempo de vida útil e os gastos com a guarda do lixo nuclear produzido por ela.

Para que se possa examinar a questão com um mínimo de seriedade, julgamos fundamental que se realize uma auditoria técnica

ANTI-NUCLEAR

SERPAN/Brasil vem trabalhando utilizando como referência o armamento, comemorado no dia

os não-violentos, a não utilização de conflitos sociais e reduzem a humanidade ao canibalismo e da exploração do homem história da sociedade mundial, terras já realizadas. De nada momento do mundo. Poram úteis, r nações já enriquecidas às rces mais frágeis.

Utilização da energia nuclear situação de perigo constante. insensato aperte um botão etamente, não restando qual o planeta.

lo é imprescindível na luta rde justa e igualitária. Está rem as filas dos que lutam lização, seja para quaisquer

s Usinas de Reis

ca independente, com participação da Sociedade Civil, acoplada à total transparência das planilhas de custo do setor nuclear, que permita a elaboração de um quadro realista sobre o estado da obra.

Além disso, o que está em jogo não é somente a continuidade de Angra II. Sua continuidade implica em aprofundar a opção de geração elétrica por usinas nucleares. Pensamos que não tem sentido uma decisão de tal porte sem que se tenha uma análise global do cenário energético brasileiro e o que se deseja para o futuro. Continuar Angra II tem consequências mais profundas que a usina em si. Não podemos admitir que se limite a decisão a uma visão imediatista baseada em financiamentos externos disponíveis. Certamente, esta é uma decisão extremamente importante para a indústria nuclear, às voltas com uma profunda crise, que está provocando uma reavaliação da política nuclear.



PREVISÕES DE CUSTO PARA ANGRA II

Em dólares

ANO	CUSTO PREVISTO	FONTE
1974	640 milhões	Hervásio G. Carvalho (CNEN)
1976	1.354 bilhões	CPI do Acordo Nuclear (1979)
1978	2.04 bilhões	Licínio M. Seabra (Furnas)
1979	3,12 bilhões	Licínio M. Seabra
1990	5,66 bilhões	Relatório do Pronen

ACORDO BRASIL-ALEMANHA

A produção de energia nuclear no Brasil iniciou, em 1975, quando o presidente Ernesto Geisel assinou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Neste acordo os dois países assinaram compromissos mútuos de cooperação nas áreas de extração e processamento de urânio; produção de reatores nucleares; de enriquecimento de urânio e reprocessamento de combustível usado.

Para implementar o acordo criou-se diversos órgãos governamentais, cuja a justificativa baseou-se no objetivo de transformar o Brasil em grande potência industrial e militar. Para a Alemanha este acordo foi um dos melhores contratos comerciais do setor. Enquanto que o Brasil serviu apenas como pólo experimental de uma tecnologia alemã.

Deste acordo, nasceu as usinas de Angra dos Reis, ou seja, Angra I, Angra II e Angra III. As duas últimas ainda em processo de construção. A construção da usina de Angra II está paralisada há quase uma década e consumiu até hoje, segundo dados oficiais, mais de 4 bilhões de dólares. Para sua conclusão, segundo o ex-ministro de Minas e Energia, Pratini de Moraes, seria necessário mais de 1,5 bilhão de dólares, o que torna Angra II uma das formas mais caras de produção de energia em todo o mundo. Se nos dias de hoje fosse aberta a discussão sobre se construir ou não uma usina a este custo, provavelmente com o mais ardoroso defensor das usinas nucleares advogaria a seu favor. Infelizmente, é impossível recuperar o que já foi gasto em Angra II e a discussão que se trava atualmente é sobre o que se fazer com uma obra semi-construída. Certamente, é preciso uma enorme coragem política para se assumir como perda tamanha soma de recursos, notadamente em um momento em que estes são escassos.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE MULHERES

As participantes da Conferência Internacional de Mulheres Superando a Violência, realizada na Tailândia em novembro de 1992, fizeram um chamado para que retomássemos a tradição de realizar ações conjuntas internacionais.

A violência contra as mulheres existe em todas as sociedades e em todas as sociedades existem mulheres que lutam contra a violência. Em prol de sua difusão, a IRG (Internacional de Resistentes à Guerra) conchama para a realização de ações concretas durante os dias 30 de outubro e 6 de dezembro, Dias de Ação Internacional.

Os Dias de Ação desenvolvem-se em torno do dia 25 de novembro, dia comemorado nos últimos anos na América do Sul, Ásia e Europa. Nesta data,

celebra-se tradicionalmente a luta de mulheres de todo o mundo contra a violência. Há alguns anos, por exemplo, na Alemanha e na Tailândia, grupos de mulheres desenvolvem campanhas contra o turismo sexual: as tailandesas exigem mudanças nas leis existentes contra a prostituição no sentido de beneficiar as mulheres forçadas a se prostituírem. Ao mesmo tempo, as alemãs fazem uma campanha contra os alemães que realizam turismo sexual, ou seja, contra os homens que se candidatam aos vãos "Bombardio Sexual" à Tailândia.

Mulheres de diferentes culturas e contextos estão identificando os tipos de violência que sofrem. A violência no lar, nas ruas.

A violência que sustenta o Estado e as estruturas internacionais do poder. As mulheres concebem a pobreza

como uma das formas de violência - a maior parte dos pobres do mundo são mulheres e a chamada feminização da pobreza é constatada. As mulheres consideram violência as leis racistas e as políticas de imigração. 80% dos refugiados do mundo, vítimas da guerra ou da pobreza extrema, são mulheres e crianças. São apontadas como violência ainda a violação nas guerras e no matrimônio e a forma como utiliza-se a sua imagem para criar e induzir as guerras. Mulheres de diferentes países, raças, sexualidades, milhões de vidas diferentes continuam identificando as fontes de violência e, ao fazê-lo, procuram lutar contra ela.

Para o dia 8 de março de 1994, a IRG deseja promover ações de solidariedade conhecidas pelo tema "Superando as

barreiras". Isto porque, a solidariedade entre mulheres transcende os enfrentamentos criados por governos, exércitos e a desigualdade estrutural. A prova disto são as Mulheres de Negro de Israel e Sérvia, que se vestem de luto para mostrar aos seus governos protestos contra a opressão e o assassinato de outras mulheres. E também as mulheres que vivem na África do Sul e que, apesar do segregamento racial, decidem trabalhar juntas.

Apesar de nem sempre haver solidariedade entre as mulheres, há as que vêem possibilidade de transcender fronteiras com solidariedade e luta por justiça e paz.

Lutaremos para que as mulheres possam ajudar-se mutuamente, apesar dos obstáculos que as separam, sejam fronteiras, idiomas, classes sociais e hostilidades étnicas.

SEGURANÇA PÚBLICA, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

SERPAA/Uruguai

A proposta de desmilitarização, desenvolvida pelo SERPAJ, pressupõe o aprofundamento de alguns temas relacionados à segurança pública. A linha condutora de suas atividades está no tratamento dos temas como a organização e as redes de segurança, a atenção às vítimas, o trabalho sobre legislação, a identificação de conflitos, influência e controle civil.

Sobre a organização de redes de segurança, deve-se considerar a convocação dos atores comunitários envolvidos no tema segurança. Desta forma, estarão construindo um poder social frente e em vista dos poderes públicos e governamentais. É o exercício do poder democrático rumo à radicalização do estado de direito. Para se concretizar isto, há a necessidade de um amplo processo de difusão e de educação nas comunidades, capacitando-as na auto-segurança.

A atenção à vítima é outra questão abordada e que pressupõe assistência integral e imediata, analisando coletivamente a situação para a busca de respostas integrais, atacando as causas reais. Em outras palavras, realizar a análise do ponto de vista de que a vítima é uma vítima do sistema.

Outra questão diz respeito à legislação. Esta deve reconhecer e respeitar aquelas organizações não-governamentais e populares que trabalham com direitos humanos. Através da descentralização e da desconcentração do sistema judicial se aumentará o controle e o poder civil.

A legislação deverá, também, exercer um controle rigoroso sobre venda e uso de armas, forças de segurança, além de regulamentar e fiscalizar institutos de segurança privada; humanizar os sistemas carcerários; criar medidas alterna-

tivas para a detenção de menores; identificar as práticas que reforçam a impunidade nos diferentes níveis da sociedade e suas instituições; etc.

Para superar a onda de violência é necessário identificar os conflitos e os aspectos da realidade que os geram e que, por conseguinte, ocasionam respostas violentas e repressão sistemática do poder, aumento dos problemas/conflitos.

Os elementos geradores de conflitos são os fatores segurança, impunidade e perigosidade.

A segurança está organizada de modo repressivo, baseando-se na eliminação da pessoa e não na resolução dos conflitos. Quanto à impunidade, há práticas constantes que a reforçam nos diferentes níveis da sociedade e de suas instituições. Um exemplo claro disto é a corrupção que, contando com a proteção do sistema, per-

nancece impune, enquanto que os desprotegidos do sistema recebem penas pesadas ou até a morte em massa.

Os Meios de Comunicação são os grandes criadores de estereótipos perigosos. São os formadores e reprodutores destes "tipos perigosos", o que contribui para o aumento da violência e da ação repressiva da polícia.

A resolução dos conflitos passa pela via preventiva. É necessário colocar e aprofundar a alternativa não-violenta, tanto na teoria como na prática, desenvolvendo-as junto às organizações de base e, principalmente, reforçar o uso alternativo do direito.

A resposta estratégica para que haja a influência e o controle civil está na criação de redes para investigação e difusão crítica da atividade dos organismos oficiais dedicados à "segurança" (FITA, Ministérios, Polícias).

ALFABETIZAÇÃO

Norma Antunes

Em Santo Ângelo/RS, o núcleo do Serpaj assumiu o trabalho de alfabetização com o objetivo de capacitar as pessoas na leitura e escrita. Os três Círculos de Cultura em andamento possibilitam que as pessoas expressem suas ideias, suas vontades e realizem uma leitura crítica da realidade.

Um Círculo de Cultura está localizado no bairro Santa Bárbara, cuja população aproxima-se de 150 famílias. Estas saíram do campo em busca de melhores condições de trabalho e hoje são diaristas e domésticas, sem carteira assinada. O bairro não possui calçamento e nem saneamento básico.

O segundo Círculo de Cultura está localizado no Bairro Indúbras, a sete quilômetros da cidade, apresentando características rurais. As 300 famílias que residem no bairro vieram igualmente do campo em busca de melhores condições de vida. Aproximadamente 70% da população do bairro é analfabeta, pois, antes viviam não havia escolas. Atualmente, seus filhos enfrentam problemas semelhantes, sendo obrigados a trocar a escola pelo trabalho, cujo objetivo é contribuir no sustento da família.

O terceiro Círculo de Cultura localiza-se no centro da cidade, junto a uma Igreja local. Os participantes desta Igreja compõem o grupo de alfabetizando, que residem nos demais bairros da cidade, com realidades diversas. São trabalhadores com emprego fixo e com carteira assinada. Contudo, também não tiveram chance de frequentar a escola por terem que trabalhar desde pequenos.

Em todas estas realidades faz-se necessário a Alfabetização de Adultos para que estas pessoas adquiram consciência plena dos seus direitos e que sejam sujeitos de sua própria história.

A EDUCAÇÃO E A REALIDADE BRASILEIRA

Naide Dantas

A educação se encontra em calamidade pública. Nunca foi prioridade do governo, nem da sociedade e nem mesmo dos partidos políticos.

A Constituição Federal, no art. 205, reza que a educação é um direito de todos... preparando assim o cidadão para o pleno

exercício da cidadania, com qualificação profissional.

Ora, o Brasil é um país rico, que produz muitas riquezas, mas ao mesmo tempo tem um dos salários mais baixos do mundo. Além disso, possui 32 milhões de miseráveis e 20% de analfabetos.

O Estado do Ceará tem

40% de analfabetos e a população entre 7 a 15 anos não frequenta a escola, pois, necessita buscar o pão de cada dia junto com sua família.

A raiz de tudo isto está no sistema capitalista do país e no medo que a classe dominante tem em investir na educação. Caso a população pobre tivesse acesso à educação, com certeza estaria se preparando para assumir e governar o país. Com consciência crítica e organização política popular, participaria efetivamente das decisões políticas, mudando o rumo do país. Isto não interessa aos dominantes, motivo pelo qual não investem em educação.

Nestas condições, o Brasil não pode ser denominado de país democrático e muito menos cristão.



CHACINAS REJEITAR, CONSENTIR OU CALAR?

Christiano José dos Santos

As seis perguntas que devem ser feitas e respondidas imediatamente são: quem matou? quem? de que maneira? onde? para que? a mando de quem?

Os matadores são policiais mal treinados e mal pagos, que não sabem distinguir trabalhadores (a maioria dos mortos), de marginais. Matou os trabalhadores de maneira brutal e selvagem, assombrando inclusive as pessoas acostumadas a outras visões semelhantes como os reporteres policiais.

Nos guetos mais miseráveis, onde inexiste a palavra cidadania, os meios de produção urbana utilizam a mão-de-obra desqualificada, porém, barata e lucrativa. É com estes bairros que os políticos constroem as longas carreiras e os governantes conseguem gordos empréstimos dentro e fora do país.

As chacinas justificam

a total incapacidade do Estado em conviver e resolver o caos urbano (favelas, camelôs e população nas ruas). Os assassinos são cobaias e objetos dos que desejam justificar qualquer ação econômica externa, encobrendo um projeto sócio-econômico perverso, capaz de vitimar não só uma geração mais quatro ou cinco.

Um inquérito com uma centena de culpados não iracunarizar esta ferida, pois ela não é só do Estado do Rio e da favela do Vigário Geral. Ela é do Carandiru, da Candelária, da Sé, de Haximú, dos Sem-Terra e de toda a América Latina.

Não dá para encobrir e nem conviver com este estado de coisas. Ou a sociedade toma uma atitude radical de condenação e rejeição a este modelo e seus múltiplos agentes ou terá que se calar por outro longo inverno.

ACONTECIMENTOS

SERPAJ/Regional NE III
Encontro de Formação em Não-Violência
Teixeira de Freitas/BA
29 e 30/10/93

SERPAJ/Regional NE I
Encontro de Formação em Não-Violência
Fortaleza/CE, 06 e 07/11/93

SERPAJ/Regional Sul
Assembleia Regional
São Leopoldo, 27 e 28/11/93

SERPAJ/Regional NE II
II Mini-Laboratório de Não-Violência
Sossego/PB, 10 a 17/12/93

CURSO NACIONAL DE
CAPACITAÇÃO
"A Não-Violência e a Educação Popular"
Brasília, 28/12 a 28/01/94
Participantes dos dois primeiros Labor. Nacionais

SERPAJ/Regional NO I
Encontro de Capacitação
Itacoatiara/AM, 09-10/10/93

SERPAJ/Núcleo Coari
Grupo Novo, fundado em 1993.

ENTIDADES DEBATEM SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

"O sufocante recrudescimento da violência no país, tanto na área urbana quanto nos campos, e isto associado, particularmente, ao obscuro quadro de transgressões cometidas por determinados segmentos dos órgãos de segurança pública contra os direitos humanos, aponta para a existência de uma violência estrutural que urge ser estirpada, sob pena de ser colocado em xeque o próprio sentido da organização social".

A partir desta análise que aponta a gravidade da violência no país, é que foi realizado o seminário sobre Segurança Pública e Direitos Humanos pelo Fórum Nacional contra a Violência no Campo, que congrega entidades e movimentos em defesa dos direitos humanos.

O seminário, ocorrido nos dias 14 e 15 deste mês, no Espaço Cultural da Câmara Federal, foi uma oportunidade rara e bem sucedida para aprofundar um tema tão relevante nos dias de hoje. Participaram cerca de 80 pessoas de vários estados, em sua maioria, sindicalistas e militantes ligados às causas populares.

No primeiro dia, houve apresentação de painéis. No segundo, os temas foram discutidos em grupos de trabalhos que abordaram: Violência no campo-segurança pública e privada, sob a coordenação de Alfredo Wagner; Violência urbana-segurança pública e privada, sob a coordenação de José Geraldo de Souza Jr; Formação profissional dos agentes de segurança pública, a cargo de

Marcelo Lima; Violência Social e Segurança Pública, por Alexandre Cunha; e Justiça Militar, coordenado por Rubem Gomes Ferraz.

A abertura do evento contou com a participação do procurador geral da República, Aristide Junqueira, do deputado Hélio Bicudo, e dos advogados José Geraldo de Souza Jr e Luiz Eduardo Greenhalgh, sob a coordenação de Paulo Maldoz, representando o Fórum.

Em termos gerais, foi importante o confronto de ideias e de posturas políticas entre os representantes da PM, através do coronel José do Espírito Santo, e os militantes e pesquisadores.

O coronel limitou-se a defender sua instituição, argumentando que existem alguns desvios porque não há como controlar os 400 mil PMs em todo o país. Seus argumentos foram derrubados por dois policiais que apresentaram-se em nome da sua associação. Estes desmentiram a prática democrática da PM, anunciada antes pelo coronel.

A prática violenta e repressora da PM e das instituições militares foi amplamente denunciada por todos. As vítimas são os trabalhadores sem terra, meninos de rua e todos os segmentos marginalizados pela sociedade. Os pesquisadores Martha Huggins, da Universidade de Brasília, e Jorge Zaverucha, da Fundação Joaquim Nabuco (PE), analisaram como funcionam as instituições e como a violência atinge os cidadãos.

PROJETO REGUMENTAR DE LICENÇA-MATERNIDADE

A Constituição determina que o Estado deve proteger a maternidade e a criança. Entretanto, as atuais leis que regulam esta questão (CLT, Lei 8.212 e 8.213) não dão a devida segurança e assistência ao conjunto das mulheres trabalhadoras. As domésticas e as trabalhadoras rurais, por exemplo, não têm a licença-maternidade regulamentada.

A deputada, Luci Choinacki (PT-SC) apresentou um projeto de Lei complementar que altera as leis anteriores, visando ampliar os benefícios às categorias de trabalhadoras até então excluídas. O projeto foi aprovado pela Câmara Federal no dia 19 de agosto passado, mas falta ainda ser apreciado pelo Senado. Pela proposta do projeto, o salário-maternidade é devido "à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, à empregada doméstica e à segurada especial (trabalhadora rural) ... durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data da ocorrência deste..."

Para as trabalhadoras rurais, fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 meses imediatamente anteriores ao do início do benefício. A segurada especial e a empregada doméstica podem requerer o salário-maternidade até 90



dias após o parto.

O salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social à empregada doméstica, em valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, e à trabalhadora rural, no valor de um salário-mínimo, observado o disposto no regulamento desta lei.

Outra mudança importante é a do art. 387 que, pelo projeto da deputada, estabelece que "é proibido o trabalho da mulher gestante ou em período de amamentação em áreas insalubres ou em atividades perigosas ou penosas".



SERPAJ

SERVIÇO PAZ E JUSTIÇA
SDS-Ed. Venâncio V
Sala 313
Telefax: (061) 225-8738
70393-900, Brasília, DF

Colaboraram nesta edição

Norberto Chemin, Maria da Penha Félix,
Ieda Cavalcante, Naide Dantas,
Norma Antunes, Christiano José dos Santos

APOIO

AEC do Brasil
UNESCO

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ/América Latina, Organismo Consultivo da ONU, Status II do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações com a UNESCO (Categoria C).

SERPAJ/ARGENTINA
PIEDRAS, 730
BUENOS AIRES
1070 ARGENTINA

IMPRESSO